

**TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO DE  
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL CELEBRADO  
ENTRE O BANCO CENTRAL DO BRASIL E O  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.421.906/0001-29, doravante denominado CNJ, neste ato representado por seu Presidente, Ministro Gilmar Ferreira Mendes, e o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.790.065/0001-00, doravante denominado TRE/PE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, firmam o presente TERMO DE ADESÃO ao Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o CNJ e Banco Central do Brasil, neste ato denominado BCB, em 2 de dezembro de 2008, de acordo com as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente TERMO DE ADESÃO assegura o acesso do TRE/PE às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o BCB e o CNJ, em 2 de dezembro de 2008.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O TRE/PE se obriga a cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no Convênio de Cooperação Institucional de que trata a Cláusula Primeira.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O presente TERMO DE ADESÃO entra em vigor na data de sua assinatura, tendo sua duração condicionada ao tempo de vigência do Convênio.

O presente TERMO DE ADESÃO é assinado em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza os seus legítimos efeitos, destinando-se uma ao BCB, uma ao CNJ e uma ao TRE/PE.

Recife, 10 de março de 2009.

Ministro Gilmar Mendes  
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Desembargador Jovaldo Nunes Gomes  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco